

Diário do Legislativo de 10/06/2000

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Aduato - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 148ª Reunião Ordinária

1.2 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Comissões

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA

ATAS

ATA DA 148ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 8/6/2000

Presidência dos Deputados Gil Pereira e Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios, telegramas e cartões - Registro de presença - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projeto de Lei nº 1.084/2000 - Requerimentos nºs 1.471 a 1.478/2000 - Requerimentos dos Deputados Alberto Pinto Coelho, João Leite e Miguel Martini - Comunicações: Comunicações das Comissões de Administração Pública, de Meio Ambiente e de Transporte e dos Deputados Chico Rafael e Dalmo Ribeiro Silva - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Amílcar Martins e Alencar da Silveira Júnior - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Leitura de Comunicações - Votação de Requerimentos: Requerimentos dos Deputados Alberto Pinto Coelho, Miguel Martini e João Leite; aprovação - 2ª Fase: Inexistência de "quorum" qualificado para votação das propostas de emenda à Constituição - Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 978/2000; aprovação com as Emendas nºs 1 e 2 - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 832/2000; aprovação com as Emendas nºs 1 e 2 - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 393/99; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 606/99; aprovação - 3ª Parte: Leitura de Comunicações - Oradores Inscritos: Discurso do Deputado Dimas Rodrigues - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Dilzon Melo - Gil Pereira - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bilac Pinto - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Glycon Terra Pinto - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Ivo José - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Maria José Hauelsen - Miguel Martini - Olinto Godinho - Pastor George - Rêmol Aloise - Ronaldo Canabrava - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Gil Pereira) - Às 14h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Ronaldo Canabrava, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado João Paulo, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. José Alencar, Senador, agradecendo o convite para a reunião especial comemorativa do Dia Mundial do Meio Ambiente e para o Fórum Técnico Educação de Jovens e Adultos.

Dos Srs. Ayrton Maia, Auditor-Geral do Estado; Roberto Meira de Almeida Barreto, Superintendente Estadual do Banco do Brasil; Armando Dias, Procurador-Chefe da Defensoria Pública do Estado, e Clésio Andrade, Presidente da Confederação Nacional dos Transportes - CNT -, agradecendo o convite para a reunião especial em comemoração dos 30 anos da Fundação Clóvis Salgado.

Dos Srs. Antônio Salustiano Machado, Secretário de Ciência e Tecnologia, e Armando Dias, Procurador-Chefe da Defensoria Pública do Estado, agradecendo o convite para o Fórum Técnico Educação de Jovens e Adultos.

Do Sr. Henrique Hargreaves, Secretário da Casa Civil, encaminhando, em atenção a requerimento do Deputado Amílcar Martins, informações relativas aos custos do anúncio do fim da moratória, veiculado em várias emissoras pelo Governo do Estado. (- Anexe-se ao Requerimento nº 1.076/2000.)

Do Sr. Murílio Hingel, Secretário da Educação, agradecendo o convite para o debate público sobre transporte escolar e informando que essa Secretaria criou o Programa de Financiamento para Aquisição de Veículos Destinados ao Transporte Escolar. (- À Comissão de Educação.)

Do Sr. Edailton Antônio Godinho Pimenta, Prefeito Municipal de Angelândia, solicitando que esta Casa intervenha junto ao Governador do Estado para que se resolva o impasse criado pela paralisação dos professores da rede pública estadual. (- À Comissão de Educação.)

Do Sr. Antônio Pavan Capatti, Presidente da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei nº 896/2000, do Deputado Rêmoló Aloise. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 896/2000.)

Do Sr. João Mendes Sobrinho, Presidente da Câmara Municipal de Rio Pardo de Minas, comunicando que o Sr. Juscelino Miranda Costa reassumiu o cargo de Vereador.

Dos Srs. Hérzio Bottrel Mansur, Presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto; Armando Dias, Procurador-Chefe da Defensoria Pública de Minas Gerais, e Clésio Andrade, agradecendo o convite para participar da reunião especial em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente.

De D. Mauro Morelli, Presidente do Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais, solicitando que este Poder determine carência mínima de cinco anos antes de haver qualquer liberação relativa aos alimentos transgênicos. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 954/2000.)

Do Sr. Caio Brandão, Presidente da RURALMINAS, agradecendo convite para audiência pública relativa ao Plano Diretor de Irrigação do Baixo Vale do Rio Grande, em Conceição das Alagoas. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Do Sr. Homero Ferreira Diniz, Superintendente de Negócios da Caixa Econômica Federal, enviando relação de liberações de recursos financeiros destinados à COPASA-MG. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Adalclever Ribeiro Lopes, Chefe de Gabinete do Secretário da Segurança Pública (2), prestando esclarecimentos a respeito das solicitações contidas nos Requerimentos nºs 475 e 478/99, do Deputado João Leite, e 81/99, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Rodrigo Terenzi Neuenschwander, Presidente do Sindicato dos Servidores do Tribunal de Contas de Minas Gerais, apresentando sugestões de emenda ao Projeto de Lei nº 846/2000. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 846/2000.)

De Edy Faria Barbosa de Almeida, Superintendente de Desenvolvimento Organizacional da Secretaria da Saúde, encaminhando os relatórios das Diretorias Regionais de Saúde de Leopoldina e Ponte Nova e da HEMOMINAS. (- À CPI das Licitações.)

Do Sr. Arlindo de Mello Filho, Diretor Presidente da Arlindo de Mello Agropecuária Ltda., enviando cópia da correspondência encaminhada à FAEMG, pleiteando para o setor de agropecuária, tratamento fiscal semelhante ao dos setores de comércio e indústria. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Da família do Prof. Mario Luiz Silva, agradecendo as manifestações desta Casa por ocasião do falecimento do referido professor.

Do Sr. João Marcos Grossi Lobo Martins, Chefe de Gabinete do Presidente da FIEMG, agradecendo, em seu nome, o convite para participar de reunião ocorrida em 31/5/2000.

Das entidades do Farol do Desenvolvimento de Araçuá, solicitando as medidas cabíveis para se descentralizarem as decisões de liberação de outorga de água, com mais agilidade. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

TELEGRAMAS

Dos Srs. Itamar Franco, Governador do Estado, e Arlindo Porto, Senador, agradecendo o convite para a reunião especial em que se homenageou a Fundação Clóvis Salgado.

Dos Srs. Itamar Franco, Governador do Estado, e Mozart de Oliveira Júnior, Secretário Adjunto da Saúde, agradecendo o convite para o debate público Educação em Valores Humanos.

Dos Srs. Eliseu Resende, Antônio do Valle e Nécio Rodrigues, Deputados Federais; Henrique Hargreaves, Secretário da Casa Civil; e Gil Antônio Diniz, Presidente da Câmara Municipal de Contagem, agradecendo o convite para a reunião especial em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente.

Do Sr. Henrique Hargreaves, Secretário da Casa Civil, agradecendo o convite para a reunião especial em que se homenageou a AMAS, a ASSPROM, o CEPEP e a FUNDAMAR

pelo recebimento do Prêmio Bem Eficiente 2000.

Do Sr. Gil Antônio Diniz, Presidente da Câmara Municipal de Contagem, agradecendo o convite para o fórum técnico Educação de Jovens e Adultos.

Da Sra. Dolores Abrahão, Secretária do Senador José Alencar, agradecendo, por incumbência desse parlamentar, o convite a ele formulado para participar de reunião no Centro Cultural Marly Sarney, em Janaúba.

CARTÕES

Do Deputado Júlio Delgado, Deputado Federal, encaminhando cópia de relação das emendas aprovadas apresentadas, por parlamentares deste Estado, ao orçamento para 2000. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Dos Srs. Gen.-de-Divisão Rômulo Bini Pereira, Comandante da 4ª RM e da 4ª DE, e Clóvis Aparecido Nogueira, Prefeito Municipal de São Lourenço, agradecendo o convite para o ciclo de debates Minas Gerais e os Transgênicos.

Dos Srs. Gen.-de-Divisão Rômulo Bini Pereira, Comandante da 4ª Bda. Inf. Mtz, e Maria das Dores da Matta Castro, Presidente da AMAS, agradecendo o convite para a reunião especial em homenagem à Fundação Clóvis Salgado.

Dos Srs. Manoel da Mota Neto, Prefeito Municipal de Itabirito; Caio Brandão, Presidente da RURALMINAS; Axel Sorensen e Antônio Nahas Júnior, respectivamente, Secretários Adjuntos de Transportes e Obras Públicas e de Administração; Ana Lúcia Almeida Gazzola, Vice-Reitora da UFMG; Maria das Dores da Matta Castro, Presidente da AMAS; Ronaldo Antônio Neves Marques Barbosa, agradecendo o convite para a reunião especial em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente.

Da Sra. Maria José Vieira Féres, Secretária Adjunta da Educação, e da Coordenadora do Serviço Administrativo da 1ª SRE, agradecendo o convite para a reunião em que se homenageou a AMAS, a ASSPROM, o CEPEP e a FUNDAMAR pelo recebimento do Prêmio Bem Eficiente 2000.

Do Sr. Cláudio B. Guerra, Secretário Adjunto de Meio Ambiente, agradecendo o convite para o debate público Educação em Valores Humanos.

Da Sra. Dione Maria Drumond Gervásio, Diretora II da 24ª SRE de Nova Era, agradecendo o convite para participar do Encontro dos Povos Indígenas de Minas Gerais.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, em Plenário, do ex-Deputado Raul Messias, Prefeito Municipal de Caeté.

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 1.084/2000

Cria a Medalha de Mérito Professor Darcy Ribeiro.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica criada a Medalha de Mérito Professor Darcy Ribeiro, que será concedida às pessoas físicas ou jurídicas que se tenham destacado em atividades que tenham contribuído para o desenvolvimento do Estado.

Art. 2º - A cerimônia de entrega da Medalha de Mérito Professor Darcy Ribeiro será realizada anualmente, no dia 3 de julho, como parte das comemorações do aniversário da cidade de Montes Claros, de cujo calendário oficial passa a fazer parte.

Art. 3º - As condecorações serão entregues pelo Governador do Estado, de acordo com o cerimonial estabelecido pelo regimento do Conselho da Medalha de Mérito Professor Darcy Ribeiro.

§ 1º - Os agraciados receberão diplomas assinados pelo Governador do Estado, pelo Presidente, pelo Presidente de Honra, pelo Vice-Presidente e pelo Secretário do Conselho da Medalha de Mérito Professor Darcy Ribeiro.

§ 2º - A relação dos agraciados com a Medalha Darcy Ribeiro será publicada no órgão oficial dos Poderes do Estado.

Art. 4º - A Medalha de Mérito Professor Darcy Ribeiro será administrada por Conselho constituído de um representante de cada um dos seguintes órgãos:

I - Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais;

II - Secretaria de Estado da Cultura;

III - Secretaria de Estado da Educação;

IV - Comando do 10º Batalhão da PMMG;

V - Presidência da OAB-MG Regional ;

VI - Prefeitura Municipal de Montes Claros;

VII - Câmara Municipal de Montes Claros;

VIII - UNIMONTES

§ 1º - O membro do Conselho da Medalha será indicado pelo titular do órgão representado e nomeado pelo Governador do Estado.

§ 2º - O Conselho da Medalha de Mérito Professor Darcy Ribeiro elegerá um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário entre seus membros, de acordo com as normas estabelecidas por seu regimento.

§ 3º - Ao Prefeito Municipal de Montes Claros será concedido o título de Presidente de Honra do Conselho, sem direito a voto.

§ 4º - Os membros do Conselho não serão remunerados pelo exercício do cargo.

Art. 5º - Compete ao Conselho da Medalha de Mérito Professor Darcy Ribeiro:

I - elaborar seu regimento;

II - aprovar os candidatos indicados para receber a Medalha;

III - zelar pelo prestígio da medalha;

IV - aprovar as medidas necessárias ao bom desempenho de suas funções;

V - suspender ou cancelar o direito de uso da medalha, nos termos do regimento;

VI - manter acervo atualizado de objetos e publicações referentes ao homenageado;

VII - manter livro de registro, em que serão inscritos, por ordem cronológica, os nomes dos agraciados com a medalha e seus dados biográficos.

Parágrafo único - Constarão no regimento as especificações de tamanho e desenho da medalha e do diploma, bem como as condições e particularidades de sua concessão.

Art. 6º - O Conselho da Medalha de Mérito Professor Darcy Ribeiro se reunirá ordinariamente, conforme determinar o regimento, e extraordinariamente, por convocação de seu Presidente.

§ 1º - O "quorum" para deliberação do Conselho é de um terço de seus membros.

§ 2º - A concessão da medalha será aprovada pelo voto secreto da maioria absoluta dos membros do Conselho.

Art. 7º - Compete aos membros do Conselho da Medalha de Mérito Professor Darcy Ribeiro a indicação de candidatos a recebê-la.

Parágrafo único - As indicações conterão o nome completo e a qualificação do candidato à homenagem, seus dados biográficos, a relação de serviços por ele prestados e a relação das condecorações que possuir.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 29 de maio de 2000.

Gil Pereira

Justificação: Intelectual brilhante que já recebeu o reconhecimento de universidades européias e da América Latina, o mais ilustre filho de Montes Claros, o Prof. Darcy Ribeiro é um dos maiores pensadores que Minas deu ao Brasil. Antropólogo, educador, escritor e humanista, o Prof. Darcy Ribeiro nos deixou, em cada passo da sua trajetória, lições de quem dedicou sua vida à luta por uma educação pública de qualidade e pela superação do atraso e da pobreza em que o nosso povo estava afundado.

A Medalha Darcy Ribeiro tem o objetivo de homenagear o cidadão, o modelo teórico ou a produção que ofereçam ao Brasil a maior lição de amor: a brasilidade através do desenvolvimento.

O legado intelectual que Darcy Ribeiro nos deixou haverá de ser perpetuado através desta Medalha, que vai premiar a busca continuada do desenvolvimento de nosso Estado.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Educação para parecer, nos termos do art. 190, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 1.471/2000, do Deputado Ivo José, solicitando seja encaminhado ao Secretário da Saúde pedido de informações sobre as mudanças por ele implementadas nas Diretorias Regionais de Saúde.

Nº 1.472/2000, do Deputado Mauro Lobo, solicitando seja formulado apelo ao Secretário do Planejamento com vistas a que justifique a ausência, no anexo ao Projeto de Lei nº 1.022/2000, dos itens que especifica. (- Distribuídos à Mesa da Assembléia.)

Nº 1.473/2000, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja encaminhada à Ouvidoria da Polícia denúncia apresentada a esta Casa pelo Sr. José Francisco dos Santos.

Nº 1.474/2000, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja encaminhada à Ouvidoria da Polícia denúncia apresentada a esta Casa pelo Sr. Elias Gonçalves da Silva.

Nº 1.475/2000, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja encaminhada à Ouvidoria da Polícia denúncia apresentada a esta Casa pelo Sr. Wilson Santana Alves.

Nº 1.476/2000, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja encaminhada ao DETRAN denúncia apresentada a esta Casa pelo Sr. Carlos José Patrocínio.

Nº 1.477/2000, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja formulado apelo à Secretaria Adjunta de Direitos Humanos com vistas a que se tomem as providências legais cabíveis no que diz respeito ao pedido de livramento condicional do detento Eduardo Alves de Freitas.

Nº 1.478/2000, da Comissão de Direitos Humanos, solicitando seja encaminhada à Ouvidoria da Polícia denúncia apresentada a esta Casa pelo Sr. Adair de Avelar. (- Distribuídos à Comissão de Direitos Humanos.)

- São também encaminhados à Mesa requerimentos dos Deputados Alberto Pinto Coelho, João Leite e Miguel Martini.

Comunicações

- São também encaminhadas à Mesa comunicações das Comissões de Administração Pública, de Meio Ambiente e de Transporte e dos Deputados Chico Rafael e Dalmo Ribeiro Silva.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Amilcar Martins e Alencar da Silveira Júnior proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Transporte - aprovação, na 42ª Reunião Ordinária, dos Requerimentos nºs 1.408 a 1.420/2000, do Deputado João Batista de Oliveira, 1.431 e 1.432/2000, da Deputada Maria Tereza Lara, 1.433 e 1.434/2000, do Deputado Rogério Correia, 1.436/2000, do Deputado Arlen Santiago, 1.442 e 1.443/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; de Meio Ambiente - aprovação, na 39ª Reunião Ordinária, do Requerimento nº 1.446/2000, da Comissão de Política Agropecuária; e de Administração Pública - aprovação, na 40ª Reunião Ordinária, do Requerimento nº 1.441/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva (Ciente. Publique-se.).

Votação de Requerimentos

- A seguir, são submetidos a votação e aprovados, cada um por sua vez, requerimentos dos Deputados Alberto Pinto Coelho, em que solicita a inclusão em ordem do dia do Projeto de Lei nº 785/2000, uma vez que se encontra esgotado o prazo para sua apreciação pelas comissões (Cumpra-se.); Miguel Martini, em que solicita seja convidado o Secretário da Casa Civil para, em Plenário, prestar informações sobre os convênios firmados entre a COMIG e municípios mineiros nos últimos dois meses (Oficie-se.); e João Leite, em que solicita seja o Projeto de Lei nº 926/2000 distribuído à Comissão de Direitos Humanos (Cumpra-se.).

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta. A Presidência verifica, de plano, que não há "quorum" qualificado para a votação das propostas de emenda à Constituição, mas que o há para a apreciação das demais matérias da pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 978/2000, do Governador do Estado, que altera o art. 11 da Lei nº 13.458, de 12/1/2000. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.). Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2, que receberam parecer pela aprovação. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.). Aprovadas. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 978/2000 com as Emendas nºs 1 e 2. À Comissão de Educação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 832/2000, do Deputado Miguel Martini, que regulamenta o art. 66, § 2º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.). Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 e 2, que receberam parecer pela aprovação. Os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.). Aprovadas. Fica, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 832/2000 com as Emendas nºs 1 e 2. A Comissão de Administração Pública.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 393/99, do Deputado Sargento Rodrigues, que acrescenta disposições à Lei nº 11.404, de 1994, que contém normas de execução penal. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.). Aprovado. Fica, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 393/99 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 606/99, do Deputado Agostinho Silveira, que dispõe sobre a informação, pelo DETRAN-MG, da data do vencimento da Carteira Nacional de Habilitação. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.). Aprovado. À Comissão de Redação.

3ª Parte

O Sr. Presidente - Persistindo a falta de "quorum" qualificado para a votação das propostas de emenda à Constituição, a Presidência passa à 3ª Parte da reunião, destinada a comunicações e a pronunciamento de oradores inscritos.

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelos Deputados Chico Rafael - falecimento do Sr. Luiz Euflauzino de Almeida, em Consolação; e Dalmo Ribeiro Silva, falecimento do Sr. Romário Lemos Quaglia, em Ouro Fino. (Ciente. Ofício-se.).

Oradores Inscritos

- O Deputado Dimas Rodrigues profere discurso, que será publicado em outra edição.

Encerramento

O Sr. Presidente - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para as reuniões especiais de amanhã, dia 9, às 9 e às 15h30min, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 4ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A Proposta de Emenda à Constituição nº 24/99

Às dez horas e quinze minutos do dia dois de março de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Pimenta, Paulo Piau e Álvaro Antônio (substituindo este ao Deputado Alencar da Silveira Júnior, por indicação da Liderança do PDT), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Paulo Piau, dispensa a leitura das atas das reuniões anteriores, as quais são dadas por aprovadas e subscritas, cada uma por sua vez, pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar, no 1º turno, o parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 24/99. Na ausência do relator, Deputado Márcio Cunha, a Presidência avoca a si a relatoria da matéria. Ato contínuo, procede à leitura do parecer, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria no 1º turno. Na fase de discussão, o Presidente passa a palavra ao Deputado Álvaro Antônio, que lê as propostas de emendas nºs 1 e 2, do Deputado Arlen Santiago. A Presidência submete a discussão e votação o parecer, salvo as propostas de emenda, o qual é aprovado. Em seguida, submete a votação as propostas de emendas nºs 1 e 2, do Deputado Arlen Santiago, as quais são rejeitadas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de junho de 2000.

Carlos Pimenta, Presidente - Sebastião Costa - Dimas Rodrigues.

ATA DA 2ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2000

Às quinze horas do dia vinte e cinco de maio de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Cristiano Canêdo, membros da supracitada Comissão. Registra-se ainda a presença do Deputado Chico Rafael. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Cristiano Canêdo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, informa que a reunião se destina a debater a matéria com os convidados presentes. Em seguida, a Presidência registra a presença dos seguintes convidados: Srs. José Augusto Trópia, Secretário de Estado da Fazenda; Mauro Santos Ferreira, Secretário de Estado do Planejamento; Adson Marinho, representando a FIEMG; Ildeu de Oliveira Santos, Presidente da Associação Mineira de Micro e Pequenas Empresas; Roberto Mendes Fajoli, Presidente da União dos Fajolistas de Minas Gerais; Marcos Afonso, Diretor de Legislação Tributária da Secretaria da Fazenda, Roberto Parisi, representante da FIEMG. A seguir, o Presidente passa a palavra ao Deputado Cristiano Canêdo, autor do requerimento que motivou a reunião para suas considerações iniciais. Em seguida, a Presidência passa a palavra aos convidados. Ato contínuo, segue-se amplo debate conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2000.

Antônio Júlio, Presidente - Cristiano Canêdo - Maria Tereza Lara - Mauro Lobo - Chico Rafael.

ATA DA 39ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Às dez horas do dia trinta de maio de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ivo José, Agostinho Silveira, Luiz Menezes e Ronaldo Canabrava, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ivo José, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ronaldo Canabrava, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e ouvir, em audiência pública, representantes de diversas entidades, que irão discutir as consequências para os beneficiários do processo de reestruturação do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS -, no Estado de Minas Gerais. A seguir, lê cópias de atas referentes a negociação coletiva das Empreiteiras Quatzomax do Brasil Ltda., P & A Ltda. e J.E construções Ltda. Ato contínuo, distribui ao Deputado Agostinho da Silveira os Projetos de Lei nºs 885 e 960/2000; ao Deputado Ronaldo Canabrava o Projeto de Lei nº 961/2000; ao Deputado Luiz Menezes o Projeto de Lei nº 976/2000 e avoca a si a relatoria do Projeto de Lei nº 1.008/2000. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia. O Deputado Luiz Menezes emite parecer sobre o Projeto de Lei nº 191/99, no 2º turno, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria, e sobre o Projeto de Lei nº 775/99, no 2º turno, mediante o qual conclui pela aprovação da proposição na forma do vencido no 1º turno. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os pareceres. Após, o Deputado Agostinho Silveira emite parecer sobre o Projeto de Lei nº 202/99, no 2º turno, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria na forma do vencido no 1º turno, e sobre o Projeto de Lei nº 937/2000, no 1º turno, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria com a Emenda nº 1. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os pareceres. Com a palavra, o Deputado Ronaldo Canabrava emite parecer sobre as Emendas de nºs 6 a 9 ao Projeto de Lei nº 303/99, apresentadas em Plenário, no 1º turno, mediante o qual conclui pela aprovação da Emenda nº9 na forma da Subemenda nº1 e pela rejeição das Emendas nºs 6, 7 e 8. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação das proposições sujeitas à deliberação conclusiva da Comissão. O Presidente submete a discussão e votação e são aprovados em turno único os Projetos de Lei nºs 866, 911 e 920/2000, os dois primeiros com a Emenda nº1 (relator: Deputado Luiz Menezes); 905, 912 e 925/2000 (relator: Deputado Amílcar Martins); 906/2000 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Ronaldo Canabrava); 889/2000 (relator: Deputado Agostinho Silveira). Nesse momento, o Deputado Ivo José transfere a Presidência ao Deputado Ronaldo Canabrava para que se possa votar matéria de sua autoria. O Deputado Ronaldo Canabrava submete a discussão e votação, em turno único, o Projeto de Lei nº 907/2000 (relator: Deputado Agostinho Silveira), que é aprovado. Reassumindo a Presidência, o Deputado Ivo José submete a votação os Requerimentos nºs 1.394, 1.397, 1.401 e 1.404/2000, que são aprovados. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Deputado Ivo José sugere que as reuniões ordinárias da Comissão sejam realizadas, a partir da próxima semana, às terças-feiras, no horário das 14h30min, proposta que é acatada pelos demais membros da Comissão presentes. A seguir, a Presidência submete a discussão e votação os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 737 e 784/99, 810, 813, 815, 823, 826, 827, 829, 835, 836 e 842/2000, que são aprovados. O Presidente convida a tomar assento à mesa os Srs. Afonso Ligório de Faria, Superintendente Estadual do INSS-MG; Márcio Soares Pereira, Gerente Executivo do INSS-MG; Sandra Lúcia Rafacho, Diretora do Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social, Saúde, Previdência, Trabalho e Assistência Social em Minas Gerais - SINTSPREV -; Marcos Barbonaglia da Silva, Presidente da Associação dos Auditores Fiscais da Previdência Social de Minas Gerais - ANFIP -; e Euler Andrade de Oliveira, Vice-Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Previdência Social - SINDFISP -, e, em seguida, tece suas considerações iniciais sobre o objetivo da reunião. Após a exposição dos convidados, passa-se à fase de debates conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de junho de 2000.

Ivo José, Presidente - Luiz Menezes - Ronaldo Canabrava - Agostinho Silveira.

Às nove horas e trinta minutos do dia trinta e um de maio de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Glycon Terra Pinto, Luiz Tadeu Leite, Marcelo Gonçalves e Maria Tereza Lara, membros da supracitada Comissão. Encontram-se presentes também os Deputados Durval Ângelo, Gil Pereira, Miguel Martini. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Marcelo Gonçalves, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e procede à leitura da seguinte correspondência: ofício do Vereador Iano Tomaz Maioline, Presidente da Câmara Municipal de Araçuaí, em que solicita apoio ao Presidente desta Casa para a continuidade e conclusão das obras da cadeia pública daquele município, conforme foi publicado no "Diário do Legislativo" em 25/5/2000; ofício do Desembargador Sérgio Lellis Santiago, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, acusando o recebimento do Requerimento nº 1.257/2000, conforme foi publicado no "Diário do Legislativo" de 25/5/2000; ofício do Sr. José Roberto Gonçalves de Rezende, Ouvidor da Polícia, informando que as denúncias formuladas pelo Sr. Gélcio Nelci da Silva foram apuradas pela Corregedoria-Geral da Polícia em 1998 e que os fatos novos alegados pelo reclamante foram encaminhados àquela instituição para providências, conforme foi publicado no "Diário do Legislativo" de 25/5/2000; ofício do Vereador Ronaldo Wilson Santos, Presidente da Comissão Especial de Investigação 4/99, da Câmara Municipal de Frutal, encaminhando cópia do relatório final daquela Comissão, em que aponta o cometimento de infrações político-administrativas e crimes de responsabilidade pelo Dr. Luiz Antônio Zanto Campos Borges, Prefeito daquele município, conforme foi publicado no "Diário do Legislativo" de 25/5/2000; carta do Sr. Maury Louzada Abreu, em que denuncia ação de policial militar, pedindo providências desta Casa, e encaminha cópia de sua autobiografia, conforme foi publicado no "Diário do Legislativo" de 25/5/2000; carta do detento Eduardo Alves de Freitas, pedindo ajuda desta Comissão para a obtenção de livramento condicional; ofícios do Dr. Henrique Hargreaves, Secretário de Estado da Casa Civil e Comunicação Social, informando que a solicitação constante em requerimentos aprovados pelas Comissões de Direitos Humanos e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, foi encaminhada à Secretaria de Estado do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente para exame, conforme foi publicado no "Diário do Legislativo" de 26/5/2000; moção de repúdio encaminhada pelo Sr. João Athayde Torres Valadares, Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte, contra a medida provisória do Governo Federal que fixa o salário mínimo em R\$151,00, conforme foi publicado no "Diário do Legislativo" de 26/5/2000; ofícios da Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos, encaminhando, para providências desta Casa, denúncias recebidas pelo serviço Disque Direitos Humanos, mantido por aquela Secretaria; cartazes encaminhados pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados referentes a ações tomadas no âmbito de sua atuação; resposta do Dr. Joemilson Donizetti Lopes, Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Uberlândia, a correspondência desta Comissão a respeito de fita de vídeo que lhe foi enviada, relacionada com a prisão preventiva de João Batista da Fonseca. O Juiz esclarece o seguinte: "O Julgador não pode conhecer de provas que não estejam nos autos, sob pena de deixar a condição de Julgador e passar à condição de testemunha, caso em que se tornaria impedido de julgar". Passa-se à fase de discussão e votação de matéria sujeita à apreciação do Plenário. Durante a discussão, é concedida vista do parecer sobre o Projeto de Lei Complementar nº 25/2000 ao Deputado Marcelo Gonçalves. Passa-se à fase de discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nº 1.390 a 1.393/2000. O Deputado João Leite passa a Presidência ao Deputado Glycon Terra Pinto, em virtude de apreciação de matéria de sua autoria. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.395/2000. A seguir, passa-se à fase de discussão e votação de proposições da Comissão. São aprovados os seguintes requerimentos: do Deputado João Leite, em que solicita seja realizada audiência pública para se debater o Projeto de Lei Complementar nº 21/2000 com os convidados que menciona; em que pede seja encaminhado ofício à Mesa, pedindo a averiguação das declarações prestadas pelo Deputado Sargento Rodrigues à Rádio Itatiaia, em entrevista realizada no dia 30/5/2000, nos termos do disposto no art. 59, § 3º, IV, do Regimento Interno; pedindo que seja encaminhado ao Comando da Polícia Militar e ao Secretário de Estado da Segurança Pública pedido de informações referente ao número de policiais mortos nos anos de 1999 e 2000, as circunstâncias dessas mortes, o resultado das investigações realizadas até o momento e as providências tomadas; em que solicita a realização de audiência pública, com as Comissões de Saúde e do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, para tratar de denúncias de trabalho de menores em Contagem. Em seguida, o Deputado Glycon Terra Pinto retorna a Presidência ao Deputado João Leite. São aprovados os seguintes requerimentos: do Deputado Ivair Nogueira, em que solicita sejam convidados os peritos Paulo Sérgio da Cunha e João Melo Cruz, que estão acompanhando o processo por parte das vítimas do acampamento da Vila Bandeira Vermelha, em Betim, para prestarem esclarecimentos (declaração de voto da Deputada Maria Tereza Lara: pela rejeição); do Deputado Durval Ângelo, em que solicita sejam convidados a comparecer a reunião desta Comissão os policiais que testemunharam o assassinato da Tenente PM Flaviana Germânia de Oliveira, para esclarecimento dos fatos; do Deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública com as Comissões de Administração Pública e de Saúde, para se debater o atendimento à saúde prestado pela Polícia Militar de Minas Gerais aos militares estaduais, com os convidados que menciona; seja realizada audiência pública com a Comissão de Administração Pública, para se debater a segurança pública na Região Metropolitana de Belo Horizonte, especialmente os casos ocorridos em Ibirité, Ribeirão das Neves e na região centro-sul da Capital, com os convidados que menciona. Na reunião, as seguintes pessoas usaram a palavra: Arutana Cobério, ex-Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; José Roberto Gonçalves Rezende, Ouvidor da Polícia; Heloísa Greco, Coordenadora do Movimento Tortura Nunca Mais, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de junho de 2000.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Luiz Tadeu Leite.

ATA DA 41ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Saúde

Às nove horas e trinta minutos do dia primeiro de junho de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Edson Rezende, Miguel Martini e Cristiano Canêdo, membros da supracitada Comissão. Está, presente, também, o Deputado Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Miguel Martini, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Edson Rezende, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente, Deputado Miguel Martini, faz a leitura de correspondência da Secretaria de Estado da Saúde e solicita à assessoria que distribua o convite aos membros da Comissão. A seguir, a Presidência distribui as seguintes proposições: o Projeto de Lei 955/2000 ao Deputado Edson Rezende e o Projeto de Lei 959/2000 ao Deputado Dimas Rodrigues. Prosseguindo, o Presidente passa à discussão e à votação de proposições sujeitas a apreciação do Plenário da Assembléia. Na ausência do Deputado Pastor George, o Presidente redistribui o Projeto de Lei nº 897/2000 ao Deputado Cristiano Canêdo, que solicita prazo regimental para apreciá-lo, o qual é deferido pela Presidência. Ato contínuo, passa-se à discussão e à votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia. O Presidente submete a votação, em turno único, cada um por sua vez, os Requerimentos nºs 1.399, 1.400 e 1.403/2000, que são aprovados. Prosseguindo, a Presidência informa que a reunião se destina a debater endemias e epidemias no Estado de Minas Gerais. A seguir, a Presidência convida para tomar assento à mesa os seguintes convidados: Srs. Welfane Cordeiro Júnior, Diretor Regional de Saúde de Barbacena; Sra. Tânia Arruda Brant, representando a Coordenadora de Doenças Controláveis por imunização da Secretaria da Saúde; George Alves de Almeida, Coordenador de Zoonoses e Animais Peçonhentos da Secretaria da Saúde; Maria Aparecida de Faria Grossi, Coordenadora de Controle de Hanseníase da Secretaria da Saúde; Palmira de Fátima Bonolo, Coordenadora Estadual de DST-AIDS da Secretaria da Saúde; e Waldir Teixeira do Prado - Coordenador de Pneumologia Sanitária e do Programa Estadual de Controle da Tuberculose. Prosseguindo, a Presidência passa a palavra ao Deputado Edson Rezende, autor do requerimento que motivou o convite. A seguir, a Presidência passa a palavra aos convidados pela ordem acima mencionada, conforme consta nas notas taquigráficas. A Sra. Maria Aparecida Grossi faz sua exposição, ilustrando-a com transparências. Participam dos debates os parlamentares presentes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de junho de 2000.

Miguel Martini, Presidente - Cristiano Canêdo - Dimas Rodrigues.

ATA DA 6ª REUNIÃO Ordinária da CPI do Fundo SOMMA

Às nove horas e trinta minutos do dia primeiro de junho de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Rêmolô Aloise, Ivo José, Luiz Fernando Faria, Ailton Vilela (substituindo este ao Deputado Amílcar Martins, por indicação da Liderança do PSDB) e José Henrique (substituindo o Deputado Márcio Cunha, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Rêmolô Aloise, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ailton Vilela, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A seguir, a Presidência procede à leitura da seguinte correspondência: ofício do Sr. Carlos Alberto Reis, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico de Varginha, solicitando a prorrogação por 15 dias do prazo estabelecido no ofício enviado pela Comissão concedendo às Prefeituras beneficiadas com o Fundo SOMMA o prazo de 10 dias para a entrega dos contratos devidamente preenchidos, a qual é indeferida. O Presidente informa que a reunião se destina a ouvir os Srs. Sebastião dos Reis Batista, Diretor da Micro Empresa-ME; Mauro José de Oliveira, Diretor da Construmil - Construtora e Terraplanagem Ltda.; Dirceu Martins Júnior, Diretor da FR Engenharia Ltda.; e Rubens Correia, Diretor Comercial da Poli Engenharia Ltda. Está também presente na reunião o funcionário da Câmara Municipal de Unai e assessor da Bancada do PPB Dailton Geraldo Rodrigues Gonçalves. O Deputado Rêmolô Aloise passa a ouvir os intimados, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e das demais pessoas presentes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de junho de 2000.

Rêmolô Aloise, Presidente - Ivo José - Carlos Pimenta - Luiz Fernando Faria - Márcio Cunha - João Paulo.

ATA DA 18ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial

Às nove horas do dia seis de junho de dois mil, comparecem no Auditório da Associação Atlética Garimpense, na cidade de Conceição das Alagoas, os Deputados Dimas Rodrigues, Paulo Piau e Ailton Vilela, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dimas Rodrigues, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ailton Vilela, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir "in loco" a conclusão do Plano Diretor de Irrigação dos Municípios da Bacia do Baixo Rio Grande. Em seguida, o Deputado Dimas Rodrigues passa a Presidência ao Vice-Presidente, Deputado Paulo Piau, autor do requerimento que deu origem a esta reunião, e este registra a presença dos Srs. Wagner do Nascimento, representante do Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Heitor Mesquita Sabino de Freitas, Prefeito Municipal de Conceição das Alagoas; Maria de Lourdes Borges Paixão, Presidente da Câmara Municipal de Conceição das Alagoas; Eri Cardoso dos Santos, representante do Presidente da FAEMG; Victória Sollero, representante do Diretor-Geral do IGAN; Augusto Cesar Soares dos Santos, representante do Presidente da RURALMINAS; Roque Marinato, representante do Presidente do Consórcio Fahma Engenharia Agrícola Ltda. e de lideranças políticas, e representantes de entidades de classe da região. Em seguida, o Deputado Paulo Piau tece comentários iniciais sobre o tema em questão. Ato contínuo, o mencionado Prefeito Municipal usa da palavra para falar sobre a importância desta reunião para a região, dá as boas-vindas à Comissão e aos convidados. A seguir, os expositores discorrem sobre a questão e se envolvem em amplo debate com os Deputados e os demais convidados, conforme consta nas notas taquigráficas. Encerrada esta fase, o Deputado Paulo Piau devolve a Presidência ao Deputado Dimas Rodrigues e apresenta requerimento, contendo moção em que solicita a urgente necessidade de liberação dos recursos financeiros necessários para a conclusão do Plano Diretor pela RURALMINAS, o que permitirá ao Governo Estadual e aos municípios banhados pelo rio Grande a implementação das ações de desenvolvimento da agricultura irrigada na região. Submetido a votação, é aprovado o requerimento. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2000.

Dimas Rodrigues, Presidente - João Batista de Oliveira - Ailton Vilela.

ATA DA 5ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A Proposta de Emenda à Constituição nº 24/99

Às nove horas e quarenta minutos do dia oito de junho de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Carlos Pimenta, Sebastião Costa e Dimas Rodrigues (substituindo este ao Deputado Márcio Cunha, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Verifica-se, também, a presença do Deputado Wanderley Ávila. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar, no 2º turno, o parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 24/99. Em seguida, o Presidente, na condição de relator, procede à leitura do parecer, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. A Presidência suspende os trabalhos por 3 minutos, para a lavratura da ata desta reunião. O Presidente reabre a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Sebastião Costa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de junho de 2000.

Carlos Pimenta, Presidente - Sebastião Costa - Dimas Rodrigues.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 43ª reunião ordinária da comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, a realizar-se às 10 horas do dia 13/6/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 1.422/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.438/2000, do Deputado Bilac Pinto; 1.457/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 41ª reunião ordinária da comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, a realizar-se às 14h30min do dia 13/6/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 860/2000, do Deputado Wanderley Ávila; 919/2000, do Deputado Ailton Vilela; 934/2000, do Deputado Sargento Rodrigues; 949/2000, do Deputado Agostinho Silveira; 960/2000, do Deputado Anderson Aduato; 961/2000, do Deputado Pastor George; 973/2000, do Deputado José Milton; 1.008/2000, do Deputado Anderson Aduato.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 7ª reunião ordinária da CPI das Construtoras, a realizar-se às 15 horas do dia 13/6/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 4ª reunião ordinária da Comissão Especial dos Programas de Combate à Prostituição Infantil, a realizar-se às 15 horas do dia 13/6/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 35ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 15 horas do dia 13/6/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 923/2000, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimento nº 1.455/2000, da Deputada Maria Olívia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 10ª reunião ordinária da CPI das Licitações, a realizar-se às 15h30min do dia 13/6/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir o Sr. Maurício Guedes de Mello, Secretário de Estado de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 25ª reunião ordinária da comissão de Redação, a realizar-se às 15 horas do dia 15/6/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discussão e votação de pareceres sobre proposições em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Júlio, Agostinho Silveira, Antônio Genaro, Bené Guedes, Maria Tereza Lara e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/6/2000, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciarem os pareceres sobre o Projeto de Lei Complementar nº 29/2000 e os Projetos de Lei nºs 984, 990, 1.000, 1.002, 1.006, 1.012, 1.018, 1.037, 1.052, 1.059 e 1.077/2000.

Sala das Comissões, 9 de junho de 2000.

Ermano Batista, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Viana, Agostinho Patrús, Arlen Santiago, Chico Rafael, Sargento Rodrigues e Sebastião Navarro Vieira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 13/6/2000, às 15 horas, no Plenarinho IV, com a finalidade de se apreciarem os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 938/2000, da CPI do IPSM; 846/2000, do Tribunal de Contas (parecer sobre as Emendas nºs 3 a 10, apresentadas em Plenário); 1.044/2000, do Deputado Paulo Piau (parecer sobre as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas em Plenário); 1.077/2000, do Governador do Estado, todos no 1º turno; 464/99, dos Deputados Paulo Piau e Alberto Pinto Coelho; 358/99, do Deputado João Paulo; 389/99, do Deputado Pastor George; 771/99, do Deputado Wanderley Ávila, estes no 2º turno; e o Requerimento nº 1.458/2000, do Deputado Sebastião Costa, em turno único.

Sala das Comissões, 9 de junho de 2000.

Jorge Eduardo Oliveira, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 1º Turno da Proposta de Emenda à Constituição Nº 32/2000

Comissão Especial

Relatório

De autoria do Deputado Chico Rafael e outros, a proposta de emenda à Constituição em tela acrescenta parágrafo único ao art. 152 da Constituição do Estado, que trata da limitação ao poder de tributar.

Cumpridas as formalidades regimentais, veio a proposta a esta Comissão Especial para receber parecer, nos termos do art. 201 do Regimento Interno.

Fundamentação

O objeto da proposição em exame é vedar a apresentação de projeto de lei que institua tributo estadual ou altere a legislação tributária vigente, no período de 90 dias que antecede o término da sessão legislativa.

Assim, qualquer mensagem governamental que contenha projeto de lei acerca da legislação tributária deverá ser encaminhada pelo menos três meses antes do encerramento da sessão legislativa. Com isso, evita-se a discussão e a votação de matéria tributária em curto espaço de tempo, o que compromete o exame cuidadoso e minudente de tais proposições, que não raro acarretam ônus e maior carga tributária para o contribuinte mineiro.

No último trimestre do ano, portanto, não poderia ser enviado a esta Casa projeto de lei que disponha sobre instituição de tributo, seja ele imposto, seja taxa.

Em razão das sugestões colhidas a partir de audiência pública realizada por esta Comissão Especial, estamos apresentando o Substitutivo nº 1, que visa a estender o alcance da norma aos projetos de lei que aumentem o tributo existente e ressaltar os projetos de lei destinados exclusivamente à adaptação da legislação tributária estadual à norma federal.

Conclusão

Diante do exposto, nosso parecer é pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32/2000 na forma do seguinte Substitutivo nº 1.

SUBSTITUTIVO Nº 1

Acrescenta parágrafo único ao art. 152 da Constituição do Estado de Minas Gerais.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Acrescentem-se os seguintes parágrafos ao art. 152 da Constituição Estadual:

"Art. 152 -

§ 1º - Não será admitida, no período de noventa dias que antecede o término da sessão legislativa, a apresentação de projeto de lei que tenha por objeto a instituição de tributo estadual ou a majoração de tributo existente.

§ 2º - O disposto no parágrafo anterior não se aplica ao projeto de lei destinado exclusivamente a adaptar a lei estadual à norma federal."

Art. 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2000.

Antônio Júlio, Presidente - Antônio Carlos Andrada, relator.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 854/2000

Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Relatório

De autoria do Deputado Dimas Rodrigues, o Projeto de Lei nº 854/2000 institui o Programa Estadual de Educação Ambiental e dá outras providências.

Em seu exame prévio, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria com a Emenda nº 1, que apresentou. A proposição recebeu, também, parecer favorável da Comissão de Educação. Vem o projeto agora a esta Comissão, para receber parecer quanto ao mérito.

Fundamentação

O projeto de lei em tela chama a nossa atenção, em especial, por tratar do tema "Educação Ambiental". A proposição visa a instituir o Programa Estadual de Educação Ambiental, voltado para a promoção da consciência ecológica dos estudantes da rede pública estadual.

Para atingir esse objetivo, prevê-se o desenvolvimento, pelo Poder Executivo, de atividades extraclasse, como a realização de palestras sobre o meio ambiente, a coordenação de atividades práticas de plantio de árvores, a preservação das matas ciliares e das nascentes dos rios, a coleta seletiva dos resíduos sólidos, enfatizando-se, quanto às diretrizes da educação ambiental, a preservação das florestas e da biodiversidade. O programa proposto, idealizado, a nosso ver, de forma bastante criativa, abarca a conscientização sobre temas essenciais à valorização e à defesa do meio ambiente.

Propõe-se que essas atividades, coordenadas pelo Poder Executivo, sejam encaminhadas por meio da participação de entidades não governamentais, convidadas entre aquelas cadastradas na Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, às quais caberia formalizar o termo de cooperação com as unidades escolares, no âmbito do plano anual de trabalho dessas últimas. As entidades, sem ônus para o poder público, poderiam divulgar, para fins promocionais e publicitários, as ações praticadas em benefício da escola com a qual estejam em colaboração, cumprida a obrigação de remeter ao órgão ambiental do Estado o relatório das atividades desenvolvidas. O tema a ser trabalhado pelas entidades não governamentais seria encaminhado, no início de cada ano letivo, pela Secretaria de Estado da Educação, ressaltando-se que os trabalhos de natureza ambiental seriam realizados, preferencialmente, na semana em que se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho.

A iniciativa de um programa desse tipo é bastante louvável, pois procura inserir, na programação escolar, uma forma de educação ambiental que não interfere no currículo convencional. Isso poderá motivar o jovem educando, insuflando-lhe o amor pela natureza e ajudando-o a criar uma consciência ecológica.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 854/2000, no 1º turno, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 7 de junho de 2000.

Cabo Morais, Presidente - Carlos Pimenta, relator - Maria José Hau Eisen.

CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

- O Sr. 1º-Secretário despachou, em 9/6/2000, a seguinte correspondência:

"MENSAGEM Nº 121/2000*

Belo Horizonte, 7 de junho de 2000.

Senhor Presidente,

Cumpr-me levar ao conhecimento de V. Exa. que, no uso de atribuição que me confere o artigo 90, inciso VIII, combinado com o artigo 70, inciso II, da Constituição do Estado, opus veto total à Proposição de Lei nº 14.435, que dispõe sobre a implantação de sinalização nas rodovias vicinais rurais.

Para apreciação dessa egrégia Assembléia Legislativa, encaminho-lhe, em anexo, as razões de veto.

Atenciosamente,

Itamar Augusto Cautiero Franco, Governador do Estado de Minas Gerais.

Razões do Veto

Ao examinar a Proposição de Lei nº 14.435, que dispõe sobre a implementação de sinalização nas rodovias vicinais rurais, motivos de ordem constitucional conduzem-me a opor-lhe veto total.

Constata-se, inicialmente, que o artigo 1º do citado projeto contém vício de inconstitucionalidade insanável, na medida em que visa a estabelecer norma imperativa para implantação de sinalização em rodovias. A competência para legislar sobre matéria relacionada a trânsito é privativa da União, conforme dispõe expressamente o art. 22, XI, da Constituição da República. O referido artigo ainda determina que as prefeituras executem a implantação de sinalização, ferindo assim a autonomia dos municípios, que é garantida expressamente pela supracitada Constituição Federal.

A autorização dada, pelo art. 2º do projeto, à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas para celebrar convênio com os municípios afigura-se igualmente inconstitucional, uma vez que invade o âmbito de competência do Poder Executivo.

Esses são os motivos de ordem constitucional que me levam a vetar totalmente a Proposição de Lei nº 14.435, que devolvo à egrégia Assembléia Legislativa, para reexame.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 7 de junho de 2000.

Itamar Franco, Governador do Estado de Minas Gerais."

- À Comissão Especial.

* - Publicado de acordo com o texto original.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 31/5/2000, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observada a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 1.839, de 2000, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Antônio Andrade

exonerando Paulo Henrique Machado do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

nomeando Elizabeth Hinkelmann Nédir para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas.

AVISO DE LICITAÇÃO

Convite nº 32/2000 - Objeto: aquisição de produtos químicos. Em 8/6/2000, o Sr. Presidente e o Sr. 1º-Secretário decidiram revogar, por conveniência administrativa, o procedimento licitatório em referência.

Convite nº 40/2000 - Objeto: contratação, por um período de 12 meses, de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica permanente em extintores de incêndio, hidrantes e mangueiras de incêndio. - Licitante vencedora: Extintores Rival do Fogo Ltda. - Desclassificadas: Extintores Minas Gerais Ltda. e Equipar - Equipamentos contra Incêndio Ltda.

ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação da matéria com o título em epígrafe verificada na edição de 1º/6/2000, na pág. 27, col. 1, sob o título "Gabinete do Deputado Pastor George", onde se lê:

"Cleonice R Guardia", leia-se:

"Cleonice Aparecida Rodrigues Guardia".